



Fórum da Gestão
do Ensino Superior
nos Países e Regiões
de Língua Portuguesa

7.ª CONFERÊNCIA FORGES

Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique
29, 30 de novembro e 1 de dezembro de 2017

A Gestão do Ensino Superior e o Desenvolvimento dos Países e Regiões de Língua Portuguesa: Desafios Globais, Experiências Nacionais e Respostas Institucionais

RAZÕES PARA O ENSINO SUPERIOR ATIVAR O SERVIÇO COMUNITÁRIO¹

Maria Freire (mcmf@uevora.pt), Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Escola de Ciências e Tecnologia, Centro História de Arte e Investigação Artística, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Isabel Joaquina Ramos (iar@uevora.pt), Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento, Escola de Ciências e Tecnologia, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Maria da Conceição Rego (mcpr@uevora.pt), Departamento de Economia, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

Maria Raquel Lucas (mrlucas@uevora.pt), Departamento de Gestão, Escola de Ciências Sociais, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7004-516 Évora, Portugal

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e FEDER / COMPETE (UID/ECO/04007/2013- POCI-01-0145-FEDER-007659).

Com o apoio financeiro da FCT/MEC através de Fundos Nacionais e quando aplicável co-financiado pelo FEDER no âmbito do acordo de parceria PT2020.

CHAIA/UÉ: UID/EAT/00112/2013.

RESUMO

O ensino, a investigação e a extensão (ligação com a comunidade) são funções tradicionais que corporizam a atividade das Instituições de Ensino Superior (IES), estando previstas na legislação portuguesa que enquadra o respetivo funcionamento. Quer o ensino quer a investigação são funções consolidadas no seio das IES e as que, em geral, se espera que estas realizem. Mais recentemente, também a função extensão começa a ganhar preponderância, sobretudo pelo papel que pode desempenhar no fomento do desenvolvimento económico e social.

Algumas áreas disciplinares compreendem ou beneficiam, ao nível curricular, de uma prática aplicada a situações reais, em que o aluno é confrontado com um trabalho, em que é levado a informar-se, a ativar-se, a interagir e a realizar uma produção (projeto ou construção). Baseiam-se assim em lugares reais onde se procura uma resposta a problemas concretos.

Inscrevem-se neste âmbito as mais variadas áreas disciplinares (arquitetura, paisagem, engenharias, sociologia, economia, gestão, história, ecologia, entre outras), cuja componente prática académica pode ser aplicada segundo o modelo de serviço comunitário. Os benefícios somam-se para a comunidade e para a aprendizagem dos alunos, dada a aproximação a lugares concretos, à oportunidade de resolução de problemas e à eventual concretização das soluções encontradas, suscitando a construção de um trabalho interdisciplinar com a colaboração de todos (alunos, professores e comunidades locais).

O objetivo deste artigo é mostrar o papel que as IES podem ter na resolução de problemas reais, junto das comunidades. Ações de formação contínua, dinâmicas enquadradas em cursos de licenciatura ou mestrado, ou simplesmente concretização de ações de voluntariado, exemplificam o espectro de diligências possíveis. Ilustraremos a aproximação defendida através de um curso de formação contínua ‘Laboratório Paisagem’, recentemente aprovado na Universidade de Évora, e nalguns trabalhos realizados no âmbito da paisagem, em resposta a uma necessidade concreta (Instituição Particular de Solidariedade Social).

Palavras-chave: ensino superior, serviço comunitário, estudos e projeto, paisagem, interdisciplinaridade

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) têm como principal papel educar, formar e desenvolver investigação, no sentido de promover um desenvolvimento mais sustentável e o melhoramento da sociedade como um todo (UNESCO, 1999). O conhecimento adquirido e desenvolvido nas IES deve ser colocado à disposição da sociedade e ter em atenção as suas necessidades, no sentido de dar resposta a problemas reais.

As funções que corporizam a atividade das IES – ensino, investigação e extensão – devem então desenvolver-se de forma complementar, valorizando-se e sustentando-se entre si. A prestação de serviços à comunidade e a investigação, em articulação com o ensino na perspetiva da fundamental interdisciplinaridade de algumas áreas do conhecimento, é uma dinâmica que deve ser particularmente reforçada face à necessária ligação das IES à sociedade. De entre aquelas áreas, destaque para os estudos relacionados com a paisagem, onde a abordagem holística é fundamental e basilar (Freire, 2011; Ramos & Freire, 2013).

A perspetiva integrada de agilizar atividades de ensino, investigação e de prestação de serviços à comunidade não é uma prática nova. Conhecem-se múltiplas ações concretizadas em diferentes áreas disciplinares, contextos e países, que se desenvolvem essencialmente em dois âmbitos de ensino ao nível superior, sejam integrados em unidades curriculares (*e.g.* Freire, 2011; Horrigan *et al.*, 2014; Michelin, 2013; Steinitz, 2009), seja constituindo cursos específicos (*e.g.* Freire & Ramos, 2012 e 2013; Michelin *et al.*, 2008; NCI, 2017; Pinto-Correia, 2008).

A integração das mencionadas funções obriga, pois, a novas formas de ensino-aprendizagem, formação e investigação, que deixam de ser eminentemente teóricas para passarem a ser centradas numa componente aplicada e prática, aprendendo, transmitindo e desenvolvendo saber técnico e científico de forma complementar, criando conhecimento “com” e “para” a sociedade.

Uma forma de promover esta dinâmica é pelo reforço das atividades de extensão através de serviço comunitário, nas suas diversas modalidades, de entre as quais destacamos as ações de formação contínua e o desenvolvimento de trabalhos em regime de voluntariado.

O objetivo deste artigo é mostrar o papel que as IES podem ter na resolução de problemas reais, junto das comunidades. Ações de formação contínua, dinâmicas enquadradas em cursos de licenciatura ou mestrado, ou simplesmente concretização de ações de voluntariado,

exemplificam o espectro de diligências possíveis, ilustrado neste artigo com dois casos-estudo: o primeiro constituindo um curso específico; o segundo no âmbito de duas unidades curriculares da licenciatura em Arquitetura Paisagista, ambos desenvolvidos na Universidade de Évora.

Após esta Introdução, aborda-se a atividade de extensão das IES (ponto I). A aproximação defendida é ilustrada no ponto II, através da apresentação dos dois casos-estudo referidos: um curso de formação contínua ‘Laboratório Paisagem’ e alguns trabalhos realizados no âmbito da paisagem, em resposta a uma necessidade concreta (instituição particular de solidariedade social). O artigo conclui com reflexões sobre os aspetos mais relevantes da abordagem preconizada.

I. A ATIVIDADE DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR

O ensino, a investigação e a extensão são funções tradicionais que corporizam a atividade das Instituições de Ensino Superior, estando previstas na legislação portuguesa que enquadra o respetivo funcionamento. Quer o ensino quer a investigação são funções consolidadas no seio das IES e as que, em geral, se espera que estas realizem. Mais recentemente, também a função extensão começa a ganhar preponderância, sobretudo pelo papel que pode desempenhar no fomento do desenvolvimento económico e social das cidades e/ou regiões onde se inserem. As atividades de extensão, significando a difusão do saber científico para ‘fora’ das IES, mas também uma possibilidade na sua aplicação, tem efeitos a nível económico, no emprego, na qualificação da população ativa, na transferência da tecnologia e de inovação e na melhoria da qualidade de vida das populações (Rego & Ramos, 2009).

A transferência do conhecimento e divulgação da investigação pode ter lugar de diversas formas, entre as quais a publicação de artigos científicos de docentes e investigadores, a oferta de ações de formação contínua, protocolos de prestação de serviços e/ou contratos de investigação financiados (entre as IES e diversas entidades e organizações não relacionadas com o ensino) ou consultadorias. Na maior parte dos casos, as atividades de extensão são desenvolvidas por investigadores diplomados. No entanto, parece-nos fundamental que esta atividade de extensão seja reforçada ainda durante o percurso universitário dos alunos que, através de trabalhos inseridos em unidades curriculares, estágios, projetos de investigação, ações de voluntariado, entre outros, possam ter contato direto com problemas concretos do quotidiano, sobre os quais irão um dia desenvolver a sua atividade profissional.

Esta abordagem terá certamente benefícios tanto para a comunidade como para a aprendizagem dos alunos, dada a aproximação a lugares concretos, à oportunidade de resolução de problemas

e à eventual concretização das soluções encontradas, suscitando a construção de um trabalho interdisciplinar com a colaboração de todos (alunos, professores e comunidades locais).

Considerando esta possibilidade em todas as áreas do conhecimento, algumas beneficiarão mais do que outras de uma prática aplicada a situações reais, em que o aluno é confrontado com um trabalho em que é levado a informar-se, a ativar-se, a interagir e a realizar uma produção (projeto ou construção). Inscrevem-se neste âmbito as mais variadas áreas disciplinares (arquitetura, paisagem, engenharias, sociologia, economia, gestão, história, ecologia, entre outras), cuja componente prática académica pode ser aplicada segundo o modelo de serviço comunitário. De entre as áreas referidas, no âmbito deste artigo destacam-se dois casos de estudo relacionados com construção e transformação da paisagem, por excelência uma área de intervenção onde a interdisciplinaridade e a ligação à comunidade são condições de base para uma formação robusta e onde as práticas preconizadas são de supra importância.

II. CASOS-ESTUDO

1) Enquadramento

Ambos os casos apresentados convergem na procura de dar respostas a necessidades identificadas pelas comunidades e desenvolvem-se no âmbito da construção e transformação da paisagem – projeto ou plano – o campo de ação do ensino da arquitetura paisagista, onde são consideradas fundamentais a abordagem holística, a aproximação do ensino à prática profissional² e a interdisciplinaridade.

Às inequívocas vantagens de prestação de serviços às comunidades, que ambos os casos-estudo concretizam, somam-se as vantagens no corpo de conhecimento teórico, na prática profissional e no ensino.

No primeiro caso-estudo apresenta-se um curso de formação contínua, recentemente criado na Universidade de Évora,³ onde se recorre à interdisciplinaridade no ensino da paisagem e à elaboração de um trabalho prático que tem por objetivo responder às necessidades a identificar numa dada comunidade e num dado momento. No segundo caso-estudo, através da apresentação de um trabalho desenvolvido para uma associação de solidariedade social,

² A prática é considerada o ‘laboratório’ do desenvolvimento teórico da área disciplinar da arquitetura paisagista.

³ Concebido à luz de experiências anteriores com o curso intensivo ERASMUS (*Landscape Authorship e Landscape Ambassador*), onde se envolveram docentes e alunos de diversas áreas disciplinares e diferentes atores na concretização de um trabalho desenvolvido em resposta a uma necessidade concreta de várias comunidades locais (Freire & Ramos, 2012 e 2013; Michelin *et al.*, 2008; Pinto-Correia, 2008).

ilustram-se algumas das atividades de projeto que se têm procurado desenvolver junto da comunidade (instituições regionais e/ou locais, indivíduos particulares, associações, entre outras), no âmbito das unidades curriculares de ‘projeto’ ou de ‘estágio’ da licenciatura em Arquitetura Paisagista na Universidade de Évora.

2) Curso de formação contínua ‘Laboratório Paisagem’

Uma das medidas para a implementação dos objetivos da Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2000) prende-se com a responsabilidade de formar especialistas e desenvolver cursos universitários nos domínios do conhecimento e dos valores ligados às paisagens. É neste contexto que surge o curso de formação contínua destinada a alunos e/ou diplomados e outros profissionais que pretendam completar ou atualizar os seus conhecimentos científicos e técnicos relacionados com a intervenção na paisagem.

A interdisciplinaridade no ensino da paisagem é uma consequência da sua própria natureza e da crescente necessidade de integração disciplinar, que se vai construindo à luz dos objetivos de um ensino menos fragmentado de saberes. É sobre esta base de experiência que se considera essencial romper as fronteiras entre as disciplinas envolvidas no ensino - condição de interdisciplinaridade que passa por alterações nos regimes, procedimentos de ensino, organizações curriculares e programáticas. Para o efeito, o curso envolve docentes e alunos de diversas áreas disciplinares (arquitetura paisagista, ecologia, geografia, ciências do ambiente, economia, sociologia, agricultura e silvicultura, entre outras), cuja seleção se torna variável em função das temáticas propostas para cada edição do curso, o que está diretamente relacionado com o trabalho aplicado em que o curso se sustenta.

Entre os principais objetivos do curso incluem-se: tomar consciência do conceito de paisagem enquanto sistema dinâmico, resultante da inter-relação de fatores ecológicos, culturais, económicos, sociais e estéticos; adquirir sensibilidade para a compreensão da intervenção na paisagem e para o seu desenho; aumentar o conhecimento e a capacidade de colaboração com profissionais em domínios de intervenção afins e complementares, num contexto de pluridisciplinaridade; melhorar o conhecimento das paisagens, ponderando os valores que lhe são atribuídos pelos diferentes intervenientes; e experimentar a resolução de problemas relacionados com a transformação da paisagem ou o seu estudo.

O curso organiza-se em regime misto (*b-learning*) num total de carga de trabalho para os alunos de 156 horas (6 ECTS⁴), a que correspondem 40 horas de docência, e está organizado em duas partes curriculares: a parte 1 ‘*Introdução à Intervenção na Paisagem*’, em regime on-line e com a duração de 4 semanas; e a parte 2 ‘*Estudo de Intervenção na Paisagem*’, em regime presencial e com duração de 6 semanas (ou em regime intensivo, 6 dias consecutivos). Ambas as partes curriculares são obrigatórias e estão organizadas de forma sequencial ao longo de 10 semanas em regime *on-line* e presencial.

Os conteúdos disciplinares do curso correspondentes à parte inicial incluem a temática considerada essencial à aquisição de conhecimento fundamental ao desenvolvimento do trabalho prático que concretiza.

Relativamente às estratégias de ensino e aprendizagem, na primeira parte (*e-learning*), pretende-se que, através da leitura de bibliografia recomendada, os alunos sejam introduzidos nos conteúdos programáticos. Na segunda parte (presencial), privilegiam-se a concretização de trabalhos práticos (estudos de paisagem ou propostas de ordenamento) os quais envolvem: ambientes de trabalho mais reais, tarefas validadas por condicionantes e oportunidades mais autênticos, implicação de atores verídicos, colaboração com profissionais em domínios de intervenção afins e complementares, experimentação de problemas atuais e maior responsabilização dos alunos. Neste processo pressupõe-se uma participação ativa dos alunos ao nível da discussão e promove-se a participação ativa de todos os atores (técnicos, políticos, população em geral). Na resolução deste trabalho prático inclui-se a consulta e utilização de instrumentos de ordenamento e gestão territorial, a aplicação de conceitos, a caracterização da paisagem e a elaboração de propostas de transformação da paisagem/estudos de paisagem e a apresentação final dos trabalhos à(às) comunidades e/ou instituições envolvidas e/ou mais diretamente interessadas. Pretende-se, assim, que os formandos simultaneamente venham a adquirir e experienciar uma aplicação do seu conhecimento académico, complementado e interligado com as demais formações, tomando contacto com as dificuldades que se colocam a um trabalho interdisciplinar, onde cada elemento contribui para a resolução integrada do todo, em resposta a um problema real identificado num momento e espaço concreto por uma dada comunidade.

⁴ ECTS – *European Credit Transfer System*.

3) Unidades curriculares de projeto e de estágio do curso de licenciatura em Arquitetura Paisagista

No âmbito da unidade curricular de ‘Teoria e Projeto de Arquitetura Paisagista II’ da licenciatura em Arquitetura Paisagista (3º semestre do curso) desenvolveu-se, no ano letivo de 2015-2016, o exercício de projeto para os espaços exteriores da sede da Associação de Reabilitação Apoio e Solidariedade Social (ARASS). Esta Associação tem como propósito dar resposta a uma população de 29 utentes portadores de deficiência profunda, incluindo na sua estrutura um lar, um centro de atividades ocupacionais e uma piscina terapêutica.⁵ O espaço de intervenção incluiu os espaços abertos exteriores associados ao conjunto edificado, traduzido em quatro unidades funcionais distintas,⁶ onde se encerram dois pequenos pátios e uma área residual.

O exercício foi desenvolvido com o objetivo de se conceberem ideias para uma intervenção futura e decorreu durante um curto período de tempo (duas semanas), tendo sido criados doze grupos de trabalho. Neste espaço de tempo foram realizadas várias visitas ao local, com o objetivo de os alunos compreenderem o local de intervenção, de onde se salientam as conversas com elementos da Direção, funcionários e alguns utentes (com deficiência ligeira a média), fundamentais à perceção das vivências e ao auscultar dos principais desejos e necessidades.

Os alunos responderam a um programa de intervenção, definido pela ARASS e previamente trabalhado com os docentes, que foi apreciado de modo crítico por cada grupo. Nas múltiplas conversas e apoio realizado pelos docentes, foram identificados e debatidos os constrangimentos decorrentes do projeto em causa, tendo ainda sido fundamental a consulta da bibliografia específica.

Após a conclusão dos trabalhos estes foram apresentados na sede da Associação, à comunidade que serve - elementos da Direção da Associação, funcionários e utentes (onde se incluem os residentes e os que frequentam o Centro de Atividades Ocupacionais) (Figuras 1 e 2). Este momento foi especialmente importante para todos (alunos, docentes, utentes, funcionários e Direção) pela participação ativa suscitada (estabeleceram-se conversas muito interessantes

⁵ Na altura ocupavam o Lar Residencial 23 utentes e 6 frequentavam apenas o Centro de Atividades Ocupacionais. Mais de metade dos utentes sofriam de deficiência profunda, só cinco possuíam deficiência ligeira e outros tantos deficiência média. O funcionamento da associação é assegurado por 30 funcionários e dirigentes, o que se traduz um rácio >1 na relação funcionário/utente.

⁶ O Lar Residencial (onde se localizam os dormitórios, as áreas sociais, as áreas de serviços, áreas da Direção da Associação e salas terapêuticas/ocupacionais - oficina, atelier e ginásio); o Centro de Atividades Ocupacionais; a piscina terapêutica; e a área de serviços (lavandaria, arrumos, caldeira).

inclusive com alguns utentes que desde início se envolveram no projeto) e pelo momento de convívio final que a Associação promoveu junto da sua comunidade com o grupo académico.⁷

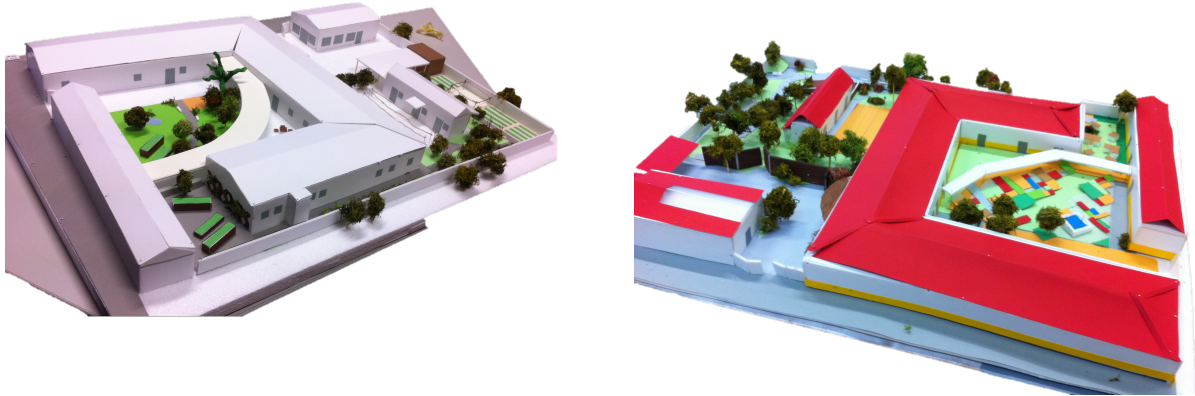


Figura 1 – Exemplo de duas maquetas com a proposta de intervenção defendida por dois grupos de alunos

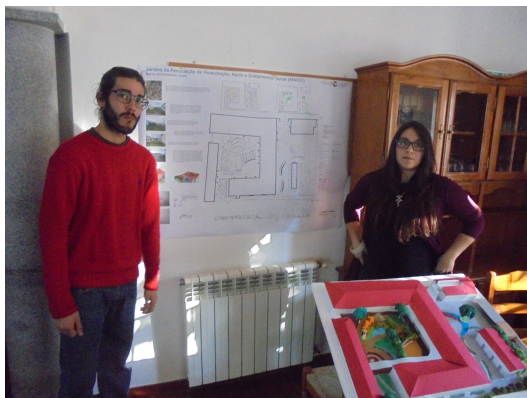


Figura 2 – Momento da apresentação do trabalho desenvolvido por um grupo de alunos aos utentes e funcionários da ARASS, na sala de convívio da ARASS

O trabalho com esta comunidade teve depois seguimento noutra unidade curricular, a de ‘Estágio I’. Nesta unidade procura-se promover a ligação à vida profissional através do estabelecimento de estágios curriculares em contexto laboral, com envolvimento de ações de voluntariado. Neste segundo momento, a Direção da ARASS refletiu sobre as várias propostas antes apresentadas pelos alunos e definiu um novo programa de intervenção, agora mais detalhado, onde se conjugaram algumas soluções que foram consideradas com interesse entre as apresentadas pelos vários grupos de alunos, bem como outras entretanto definidas.

⁷ O evento terminou com a oferta de um lanche por parte da Associação, onde todos confraternizaram.

O estágio foi então oferecido a um único aluno, entre os que haviam desenvolvido o anterior trabalho de projeto e que manifestaram interesse em prosseguir, e contou com a orientação de uma das docentes também envolvida no momento anterior.

O trabalho apresentado no final de estágio incluiu um documento escrito (caderno de projeto) e uma maquete (Figura 3). O desenvolvimento da proposta, que se pretendia ao nível de estudo prévio, foi um pouco mais detalhado, já com definição dos planos de plantação e de pavimentos e alguma pesquisa ao nível de estruturas e equipamentos propostos (toldos, latadas, carrinhos plantados móveis e mobiliário). Opção que procurou realizar uma maior aproximação à necessária estimativa de custos e faseamentos, fundamentais ao avanço de uma candidatura a fundos específicos para concretização do projeto ou à planificação de eventuais fases de obra.⁸

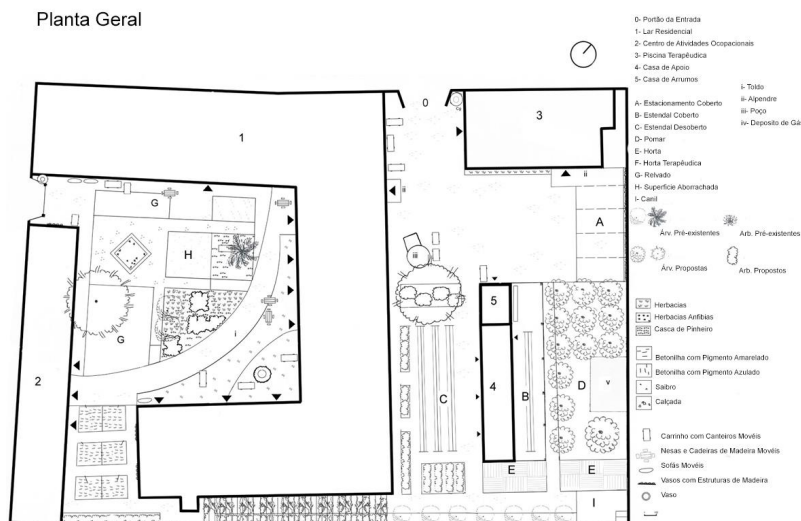


Figura 3 – Proposta apresentada no âmbito da unidade curricular de ‘Estágio I’

NOTAS FINAIS

Os casos-estudo apresentados pretendem corporizar a abordagem proposta, tendo em vista demonstrar de que forma podem as IES fazer parte da solução das diferentes questões que as comunidades enfrentam. Sendo a realidade dinâmica e diversa nas suas múltiplas facetas, aquela premissa apenas pode ser concretizada cruzando diferentes saberes, traduzidos num

⁸ O avanço da obra está fortemente condicionado pela realização de uma eventual candidatura a fundos específicos, mas também pela solidariedade de outras instituições (Câmara Municipal de Évora, viveiristas, empresas de construção, entre outras) e patrocínio de mecenas. A equipa de docentes do curso de arquitetura paisagista, disponibilizou-se ainda para colaborar nos trabalhos de plantação no âmbito de uma outra unidade curricular (‘Técnicas de Construção com Vegetação’).

trabalho interdisciplinar que responda, num dado momento e para um espaço ou problema concreto, de forma global àquelas questões.

Em simultâneo, o trabalho realizado em contexto apenas académico não é suficiente para que os formandos (nos diferentes níveis de aprendizagem) possam adquirir o conhecimento necessário à sua prática profissional, para o que é necessário criar formas de ensino que os coloquem perante situações reais.

Para além dos benefícios claros para os formandos, uma outra questão fundamental tem a ver com os princípios da solidariedade e responsabilidade civil que as IES devem concretizar, nomeadamente em ações de voluntariado, como o caso-estudo desenvolvido para a Associação ARASS ou outras ações que se esperam poder concretizar no futuro com o curso Laboratório Paisagem.

Tais cursos e atividades práticas podem, em nossa opinião, ser vistos como uma oportunidade de cooperação efetiva futura entre o Ensino Superior, nos países e regiões de língua portuguesa, em articulação com as suas comunidades académicas, institucionais e civis. É por este motivo que partilhamos estas experiências junto dos nossos parceiros, numa dupla perspetiva - de reflexão conjunta sobre a didática de ensino usada, mas também de divulgação da oferta formativa e dinâmica criada no contexto da Universidade de Évora, mais especificamente relacionadas com o tema de construção e transformação da paisagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Conselho da Europa (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. Estrasburgo.

Freire, M. (2011). *Para uma diferente aproximação ao ensino do projeto de arquitetura paisagista*. Tese de doutoramento. Universidade de Évora, Évora.

Freire, M. & Ramos, I. (2012). Towards a different approach in teaching landscape design. A cross educational, cultural and disciplinary strategy. In J. Burley, L. Loures & T. Panagopoulos (Eds.). *Proceedings of 5th WSEAS International Conference on Landscape Architecture (LA'12)*, Universidade do Algarve, Faro, Maio 2-4, pp. 66-71.

Freire, M. & Ramos, I. (2013). Paisagem. Ensino tradicional em mudança? In *Actas da II International Conference "Learning and Teaching in Higher Education" and "Learning Orchestration in Higher Education"*, Universidade de Évora, Évora, pp. 233-246.

Horrigan, P. H., Bose, M., Doble, C., & Shipp, S. (2014). *Community Matters: Service-Learning in Engaged Design and Planning*. New York: Routledge Earthscan.

Michelin, Y. (2013). Teaching Agronomists how to Integrate Landscape in their Practice: an Education by Immersion. In C. Newman, Y. Nussaume & B. Pedroli (Eds.), *Proceedings of the Conference Landscape & Imagination: Towards a new baseline for education in a changing world*, Paris 2-4 Maio, pp. 183-187.

Michelin, Y., Gustavsson, R., Pinto-Correia, T., Briffaud, S., Geelmuyden, A. K., Konkolyne-Gyuro, E., & Pirnat, J. (2008). The Landscape Ambassador Experience: towards a new educational approach for improving landscape planning and management with farming systems and the European Landscape Convention in mind. Comunicação apresentada no *8th European IFSA Symposium* em Clermont-Ferrand, France, 6-10 July.

NCI, National Charrette Institute (2017). *NCI Charrette System* (tm). Retrieved 2/15/2017, from <http://charretteinstitute.org/theory/>

Pinto-Correia, T. (Coord.), (2008). *Final Report of the International Intensive Program Landscape Ambassador – New Insights for Old Rural Landscapes: the multifunctional challenge*. Montemor-o-Novo, Portugal.

Ramos, I. J., Freire, M. (2013). Os domínios de atuação da Universidade - investigação, ensino e prestação de serviços à comunidade - devem ser pensados globalmente como ações complementares e articuladas? O estudo caso do curso intensivo "landscape ambassador". In *Atas da 3ª Conferência FORGES*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Rego, C., Ramos, I. (2009). O papel das universidades na revitalização dos centros históricos. In M.M.G. Valente (Coord.), *Urbanismo, Segurança e Lei*, Tomo II, pp. 145-165., Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina.

Steinitz, C. (2009). Contested waters: reviving the Tajo River in Spain. In *Proceedings of ECLAS Conference*, Landscape ruins, Genoa, Italy, pp. 101-112.

UNESCO (1999). Declaração mundial sobre educação superior para o século vinte e um: visão e ação, *Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, Relatório Final*.